

A AMAZÔNIA NA CAMPANHA DE CANUDOS

*Paulo Emilio Matos Martins
Professor Adjunto FGV - UFF*

*À educadora Maria de Nazaré Leal Uchôa Martins,
que me contava tantas histórias dessa época - In memoriam*

A República nascente conheceu um Brasil perplexo, bestializado¹. Pessimismos de lado, a verdade é que para nós, cidadãos brasileiros, o ato proclamatório de Deodoro foi mais um golpe engendrado pelas elites, em permanente plantão conspiratório contra a sociedade. Não vai aqui a intenção de defesa de um modelo monárquico arcaico, escravista e, também, fundado com outro golpe, este de um príncipe contra a Coroa de sua casa paterna.

O fato é que os versos-anátemas do Imperador banido:

*"Oh doce Pátria
sonharei contigo
e entre visões de paz,
de luz, de glória,
sereno aguardarei
no meu jazigo
a justiça de Deus
na voz da História."*

ecoariam pelos sertões, florestas e litoral desse país-continente, por mais de um século, como uma maldição que parece ainda não haver se cumprido completamente. É assim, que de novembro de 1896 a outubro de 1897 no antigo município de Monte Santo, em plena região do semi-árido baiano, o regime recém-instaurado enfrentaria um de seus mais dramáticos desafios: a Guerra de Canudos (cujo Centenário ora comemoramos), deixando o saldo trágico de mais de vinte mil vidas sacrificadas e um complexo de culpa que, ainda hoje, castiga a Nação.

1. Um tiro na Caatinga e seu eco na Floresta

Quem sabe os últimos acordes da orquestra do Instituto Carlos Gomes, sob a regência do maestro Gama Malcher, ecoaram naquela tarde pelas galerias da grande casa de espetáculos paraense simultaneamente com os tiros que iriam ferir mortalmente o coronel César, comandante da temida Terceira Expedição contra o povo do Belo Monte?

Terminava o ensaio para o baile de máscaras daquela noite no Teatro de Nossa Senhora da Paz. Era o dia 3 de março do ano de 1897 (terça-feira de Carnaval), 4 ou 5 horas de mais uma tarde morna, véspera de um drama que abalaria indelevelmente a República.

Localizado no centro do antigo Largo da Pólvora, na cidade de Belém (a *pequena Paris*)², desde sua construção, ainda no Império (1878), o edifício de linhas neoclássicas no melhor estilo da arquitetura que Grandjean de Montigny havia trazido para a ex-colônia portuguesa no início do século, era o mais suntuoso templo operístico do Brasil. Por seu palco passaram e passariam ainda, até o fim do período áureo da borracha - 1880 / 1912, as mais famosas companhias líricas europeias contratadas especialmente para apresentação na Amazônia e que, algumas vezes, exibiam-se ainda em ligeiras temporadas no Teatro Santa Isabel do Recife para em seguida apresentarem-se por períodos de maior duração nas casas de espetáculo do Pará e do Amazonas, regressando à Europa sem que as platéias da Corte (posteriormente,

Distrito Federal) conhecessem as afinadíssimas notas do canto de seus contraltos, sopranos, tenores, barítonos e baixos.

O outro teatro, este de operações militares, encenava naquela mesma tarde uma tragédia: cerca de 1 600 combatentes, sob o comando do temeroso coronel Antônio Moreira César - *o tremé-terra*³ - lançavam-se furiosamente contra o povoado de Canudos na mais árida região do sertão do nordeste da Bahia - império sagrado dos jagunços de Antônio Conselheiro.

Às margens do Rio-Mar, no clima *belle époque* do ambiente europeu transplantado para a Floresta ouviam-se as derradeiras notas elegíacas dos acordes de um *cello* que silenciava. Às margens da calha seca do Vaza-Barris o povo de Deus escutava o troar dos canhões Krupp atirando contra suas igrejas-fortalezas, o matraquear das armas de repetição, o apavorador sibilo dos projéteis ricocheteando pelos contrafortes dos morrotes da caatinga, os sons dos clarins e dos tambores comandando o assalto e os gritos de dor do combatente ferido e de desespero das mulheres e crianças aturdidas pela tempestade de fogo que, naquela mesma tarde de carnaval, se abatera sobre o sertão.

Na madrugada do dia seguinte, numa palhoça em ruínas da Fazenda Velha no Alto do Mário⁴ agonizava o coronel falastrão e, em breves horas, iniciar-se-ia a debandada das tropas oficiais que exaustas, esfaimadas e perseguidas pelos piquetes das milícias sertanejas perderiam na fuga desordenada seus principais comandantes (mortos pelos jagunços) cujos corpos, armamento e munição, abandonados por seus companheiros no solo crestado da caatinga, iriam proporcionar aos conselheiristas a extraordinária resistência no ato final de sua tragédia.

Naquela mesma noite, distante, na floresta úmida, casais em festa entoavam as modinhas, grande sucesso do carnaval carioca daquele ano:

*"Tremei, audaz Conselheiro,
ante o reforço potente
que vai tirar-te os Canudos,
vai destroçar tua gente.*

(...)

*Eia! Valentes! Brademos
desde o monte até o val;
Morra! Morra! O Conselheiro
Viva! Viva! o Carnaval."*⁵

No alvorecer da Quarta-feira de Cinzas, desmascarados despiam suas casimiras e rendas adquiridas no *Paris n'América*⁶ para mandá-las lavar em Londres e Paris conforme o *bom* hábito da elite amazônica da época.

A surpreendente derrota da Coluna Moreira César em 3 e 4 de março de 1897 em Canudos e a morte de seus comandantes (o próprio coronel M. César, coronel Pedro Tamarindo, capitães Salomão da Rocha e Joaquim Vilarim) eclodiriam bombasticamente por todo o País ainda impactado pelas retiradas das expedições anteriores: Pires Ferreira (1a.) e Febrônio de Brito (2a.).

Foi nesse clima de frustração nacional que a Câmara dos Senadores do Estado do Pará reunida na manhã de 8 de março do mesmo ano em sessão ordinária de sua Terceira Legislatura, aprovou, por unanimidade, a moção proposta pelo Sr. Fulgencio Simões *"que autorisa o Governador do Estado, identificando-se com o Presidente da Republica na defesa das instituições republicanas, a agir de fôrma a prestar ao Governo Federal o inteiro e ilimitado concurso do Estado na obra de defeza da Republica, sobre os acontecimentos que nos sertões da Bahia, acaba de roubar a Patria um valente punhado de bravos e intemeratos filhos, cuja perda enche de lucto a Nação."* (sic)⁷

2.A Força Pública Paraense na Guerra de Canudos

Aprovado o projeto do senador paraense nas duas câmaras do Poder Legislativo Estadual⁸, na manhã de 5 de agosto do ano de 1897 partia de Belém rumo à Bahia, a bordo do navio *Pernambuco* (do Lloyd Brasileiro), a brigada comandada pelo coronel José Sotero de Menezes, com o efetivo de 547 homens, sendo 39 oficiais e dois médicos⁹.

Em Canudos, onde chegou aos 16 de setembro conduzindo, conforme determinação do Ministro da Guerra, um comboio de víveres e 350 reses, a tropa paraense incorporou-se à Segunda Brigada da Segunda Coluna da Divisão Auxiliar constituída pelos Primeiro e Segundo Corpos da Polícia do Pará e pelo Primeiro Batalhão do Amazonas sob o comando geral do General Carlos Eugênio de Andrade Guimarães, passando a operar na área circunscrita pelo Morro da Fazenda Velha e o riacho Umbranas.

O momento de maior destaque da Força Policial do Pará ocorreu na manhã de 25 de setembro quando o seu Segundo Corpo iniciou o ataque à cidadela conselheirista apoiado pelos 26º Batalhão de Infantaria do Exército e pelo Primeiro Batalhão da Polícia do Amazonas.

Ferido nos combates do dia 25, o coronel Sotero de Menezes transfere o comando da tropa ao tenente-coronel Antônio Sérgio Dias Vieira da Fontoura - comandante do Segundo Corpo da Polícia Militar do Estado do Pará (mais tarde, patrono da Corporação) - que passa a dirigir o planejamento e as ações que culminaram com o estreitamento do cerco ao arraial jagunço reduzindo-o, então, à área da Praça do Mercado

Naquela manhã do final de setembro, os soldados paraenses içaram, pela primeira vez no território conquistado, as bandeiras Nacional (alferes Henrique Rubim) e do Estado do Pará (sargento Eurico Canavarro).

Nos combates de 25, a Brigada do Norte sofreu 54 baixas entre as quais 19 mortos, inclusive o capitão Manoel Batista Cordeiro - único oficial da força paraense a tombar no campo de batalhas.

No primeiro dia de outubro de 1897, as lutas recrudescem e, mais uma vez, o destacamento policial paraense iria se destacar apoiando o 5º Batalhão da Polícia da Bahia no assalto à igreja-fortaleza (velha) de Antônio Conselheiro.

Estava, enfim, completamente cercado o oponente e neutralizada sua resistência. No quinto dia do mesmo mês, com a morte dos últimos combatentes canudenses terminava a *Guerra do fim do mundo*.

A chegada à casa de retorno da campanha nordestina ocorreu na manhã de 4 de novembro do mesmo ano, a bordo do vapor *Planeta* do mesmo Lloyd Brasileiro que havia transportado o destacamento militar do Pará para a cidade de Salvador. Os policiais paraenses foram recebidos com efusivas festividades contabilizando o balanço de 26 mortos (inclusive um oficial) e 38 feridos.

3. A Polícia do Estado do Amazonas na campanha sertaneja

Manaus, como Belém àquele tempo, também se embriagava com os lucros apurados por suas *casas aviadoras*¹⁰ no comércio de exportação do látex processado da seiva que sangrava do tronco da *hevea brasiliensis*, extraída primeiro pelas mãos nativas do caboclo amazônida e, depois, pelas de seus irmãos nordestinos evadidos das secas - filhos da mesma terra do povo do Vaza-Barris contra o qual a gente da Floresta seria convocada à luta.

Secularmente massacrado, aquele povo vê suas lavouras destruídas a cada estiagem; morto o seu gado e, cada vez mais, sua terra marcada pelos mesmos sulcos que, ciclicamente, crestam o solo de seu torrão-natal. E assim, partem em sinistro êxodo...

Na capital amazônica das margens do Rio Negro, outra magnífica casa de espetáculos fora inaugurada no ano precedente (1896). De estilo néo-clássico italiano, o Teatro Amazonas, construído com portais de mármore de Verona, escadarias de ferro inglês e lustres de cristais de Murano, como o prédio do Mercado Municipal - pequena réplica do antigo Les Halles de Paris -, reproduzia, em plena floresta equatorial, a paisagem arquitetônica europeia.

Com seus *boulevards*, palácios públicos e palacetes privados (dos barões da borracha), bacharéis e doutores diplomados nas mais tradicionais Universidades do mundo, a Amazônia, comunicava-se semanalmente com os centros mais desenvolvidos do hemisfério Norte através dos navios estrangeiros que nela aportavam demandando a riqueza que a floresta produzia e, com o resto do Brasil (inclusive com sua Capital Federal) somente quando os mais raros vapores do Lloyd Brasileiro lançavam suas âncoras nas águas barrentas do Rio.

Como no vizinho Estado da Amazônia Oriental, os formuladores das políticas públicas do Amazonas também decidem pela participação de sua Força Policial na Guerra de Canudos em apoio as quase-derrotadas Forças Federais.

“Conforme a determinação do Governo do Estado, tomada a 1º de agosto do corrente ano e transmitida pelo Comando Geral a este, teve o 1º Batalhão de Infantaria ordem para estar pronto para embarcar para o Estado da Bahia, afim de se incorporar às forças expedicionárias que combatiam pela estabilidade das instituições vigentes e manutenção da ordem, nos sertões daquele Estado e notadamente em Canudos, que se constituíra o núcleo central dos rebeldes chefiados pelo fanático Antônio Conselheiro.”¹¹ Com essas palavras, o tenente-coronel Cândido José Mariano (comandante do destacamento da Força Pública amazonense que combateu em Canudos) inicia o seu relatório de 15 de dezembro de 1897¹² sobre a participação da Polícia

Militar daquele Estado nos recontros finais e na vitória sobre o povo de Conselheiro.

Composta por 249 praças e 24 oficiais a tropa baré partiu de Manaus a 4 de agosto daquele ano no vapor Botelho rumo à Belém e, posteriormente, no vaso de guerra Carlos Gomes, até os Estados do Maranhão e Pernambuco, chegando ao seu destino em Salvador em 24 do mesmo mês.

No teatro de operações, onde o destacamento amazônida só chegaria no início de setembro, seus soldados se destacaram nos combates do dia 23 sob o comando geral do coronel José Sotero de Menezes (PM/PA) quando, em conjunto com os colegas das outras corporações policiais (Pará e São Paulo) que também participaram do conflito apoiando as forças federais, tomaram a estrada Uauá-Canudos, fechando assim o sítio à *Tróia jagunça*.

De 24 de setembro a primeiro de outubro a tropa do Amazonas enfrentaria diversos combates estreitando cada vez mais o cerco ao arraial e, finalmente, tomando o reduto defensivo das igrejas nova e velha, bem como grande número de casas do inimigo, em “horrible combate” (conforme o relato de seu comandante Cândido Mariano) em que morreram mais de 300 homens das forças federal e estaduais, tendo sido feridos outros 300 combatentes.

De volta à casa aos 8 de novembro do mesmo ano, os policiais amazonenses foram recebidos com grande alegria popular e o saldo de 12 mortos (inclusive um capitão) e diversos feridos, doentes e desaparecidos.

4. Ensaio de uma explicação

A Amazônia já se fazia representada na Campanha de Canudos, como muitas outras Unidades da Federação, quando os Governos de seus dois Estados enviam suas forças públicas em apoio às tropas federais. De fato, desde 5 de abril do mesmo ano, quando foi organizada a

Quarta Expedição sob o comando geral do General Artur Oscar de Andrade Guimarães, que o 40º Batalhão de Infantaria, à época sediado em Belém, integrava a 5ª Brigada sob o comando do coronel do Exército Julião Augusto da Serra Martins, na Segunda Coluna que partira de Sergipe demandando Canudos pelo Norte e, ainda, com o 4º BAP (tiro rápido), sediado em Óbidos (PA), integrando a 1ª Brigada da 1ª Coluna [que partira da cidade de Queimadas (BA) para o assalto final ao Belo Monte]. Este último, sob as ordens do coronel Joaquim Manoel de Medeiros e o comando geral do General João da Silva Barbosa (Comandante-em-Chefe da 1ª Coluna). Assim, o que motivaria os dois Estados amazônicos (única região a participar do esforço de guerra com as forças policiais da totalidade de seus Estados-membros) a arcarem com o ônus de sacrificar vidas e ativos de suas pequenas corporações militares enfrentando os desafios e o custo financeiro de mandar suas tropas pelejarem em um conflito deflagrado em espaço tão distante quanto seus fatores determinantes da realidade dos problemas que a Região cobrava dos decisores públicos?

Certamente, a resposta a essa curiosa pergunta será sempre muito mais uma hipótese. Ou, como disse melhor Nietzsche: “*As convicções são mais inimigas da verdade que as mentiras.*” Ouso esboçar, entretanto, aqui uma linha de investigação a ser aprofundada em tempo e espaço mais extensos: A Amazônia teria tido tão significativos desempenho e participação na Campanha Sertaneja em função:

a) da excepcional situação econômico-financeira que os Tesouros de seus Estados apresentavam à época (ver quadro ao final deste texto) e, portanto, com vocação para os gastos públicos perdulários;

b) de uma imagem separatista que, em parte, as elites amazônicas padeciam como consequência, de um lado, do intenso intercâmbio econômico, comercial, educacional e cultural com os países do Norte e, de outro, pelo isolamento com relação ao centro político nacional e as demais regiões, em função da inexistência, à época, de meios de ligação por terra e pelo ar e da lentidão das comunicações telegráficas e naval.

c) em decorrência de "a" e "b" (acima), como uma estratégia de resposta à Nação do propósito de reafirmação do pacto federativo por parte daquelas elites.

É inegável que o aprofundamento na questão muito poderá esclarecer sobre a hipótese aqui formulada e o processo decisório dos *policy makers* amazônidas do início de nossa era republicana.

Quer nos apoiemos nos métodos da historiografia oral como também nos das histórias econômica e política, será sempre experiência fascinante a busca de uma melhor interpretação do que fomos para uma também melhor definição do que queremos ser.

A ECONOMIA GOMÍFERA NA AMAZÔNIA¹³

ANO	EXP. (t) ¹⁴	CRESC. (%) ¹⁵	PREÇ (Rs/Kg) ¹⁶	VAR (%) ¹⁷	EXP.P.C (72) ¹⁸
1850	879	-	-	-	-
1860	2 531	188	-	-	-
1870	5 602	121	2 574	-	215 347
1880	8 679	155	2 600	1,01	327 092
1890	15 355	177	2 950	13,46	352 660
1900	23 650	54	8 678	194,17	751 776
1910	34 248	123	10 050	15,81	1 643 861
1920	23 586	-31	2 400	- 76,12	¹⁹ 778 523

Rio de Janeiro, 1 de julho de 1997²⁰

NOTAS:

1. A expressão *bestializados* para se referir ao modo como o povo brasileiro viu a Proclamação da República foi proposta por Aristides Lobo em carta publicada no jornal Diário Popular de São Paulo em 18 de novembro de 1889. Apud: CARVA-

LHO, José Murilo de. *Os bestializados*, 3ª ed. São Paulo. Companhia das Letras, 1987, p 9 e 165.

2. TOCANTINS, Leandro. *Santa Maria de Belém do Grão Pará*, 3a. ed., Ed. Itatiaia, Belo Horizonte, 1987, p 139.

3. Ver a excelente biografia: FONTES, Olego Coelho. *O trem-terra: Moreira César, a República e Canudos*, Petrópolis, Vozes, 1995.

4. Do Maio ou, ainda, do Maia. Ver nota de: FONTES, op. cit., p 261.

5. Apud FONTES, *Ibidem* p 350-1.

6. Centenário *magasin* da Rua João Alfredo em Belém, localizado em suntuoso palacete com imponente escadaria no estilo *Galerie Lafayette* de Paris.

7. Governo do Estado do Pará/Arquivo Público do Pará. *Livro de atas da Câmara dos Senadores do ano de 1897*, p 30.

8. A Constituição Federal vigente à época (1891) organizava o Poder Legislativo das Unidades Federadas segundo um sistema bi-cameral projetando assim a organização do Legislativo da União para os Legislativos dos Estados.

9. Apud: MORAES REGO, Orlando. *História da milícia paraense na Campanha de Canudos*, Belém, Imprensa Universitária do Pará (UFPA), 1967, p 10; retificando informação anterior in: MORAES REGO, Orlando. *A Brigada Policial do Pará na Campanha de Canudos*, Falângola, Belém, 165, p 9.

10. ¹⁰ Para aprofundamento no modelo de produção-comercialização característico do ciclo da borracha na Amazônia e ainda praticado naquela região, ver: SANTOS, Roberto. *História econômica da Amazônia (1800-1920)*, São Paulo, T. A Queiroz, 1980, p 155-75.

11. ESTADO DO AMAZONAS. *Relatório apresentado pelo Sr. Tenente-coronel Cândido José Mariano, Comandante do 1º Batalhão de Infantaria do Estado sobre a estada do mesmo fora do Amazonas, durante o tempo que esteve à disposição do Governo Federal e em operações no Estado da Bahia*. Manaus, Imprensa Oficial, 1897, p 3.

12. Segundo o professor José Calasans em depoimento ao autor: Primeiro documento publicado sobre a Guerra de Canudos

13. Quadro organizado a partir dos dados coligidos de: SANTOS, Roberto. *História econômica da Amazônia (1800-1920)*, São Paulo, T. A. Queiroz, 1980.

14. Exportação, em toneladas métricas, de borracha seca. Os dados de 1860 e 1870 compreendem a produção dos países amazônicos limítrofes. Apud: SANTOS, op. cit.

15. Crescimento das exportações em percentagem.

16. Preço da borracha fina. Média das cotações mínima e máxima em Belém (réis por quilo-grama). Apud: *Ibidem*.

17. Variação percentual do preço médio de quotação da borracha em Belém.

18. Valores reais da exportação de goma elástica a preços constantes de 1972. (em Cr\$ 1000,00)

19. Ano de 1918.

20. Centenário do frustrado ataque à *Matadeira* (cathão Withworth 32) pelos jaguncinhos de Antônio Conselheiro chefiados por Joaquim Macambira (filho).